



Relatório Anual de Investimentos

2013

Rio de Janeiro

2013

Diretoria-Executiva

Gustavo de Oliveira Barbosa - Diretor-Presidente
Roberto Moisés dos Santos - Diretor de Seguridade
Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes - Diretor de Administração e Finanças
Baltazar José Vasconcelos Rodrigues - Diretor Jurídico
Ciro Mauro de Carvalho Giannini - Diretor de Investimentos

Diretoria de Investimentos

Ciro Mauro de Carvalho Giannini - Diretor

Gerência de Operações e Planejamento

Marcio Martins Rocha Ramos - Gerente
Flávia Affonso Teixeira - Coordenadora de Planejamento
Angela Maria Monteiro Pandolfo
Carlos Augusto Bastos Fernandes
Fabio Rodrigo Amaral de Assunção
Juliana Chaves Monteiro
Luciana Pinto Venancio
Ubirajara da Silva Coelho

Gerência de Controle e Registro

Reges Moisés dos Santos - Gerente
Leonardo Monteiro Magalhães - Coordenador de Gestão
Willian Luiz Pereira - Coordenador de Engenharia
Antonio Felix de Souza Sobrinho
Felipe Menezes da Silva
Jairo Monteiro de Freitas
Jonathan Fernandes da Silva
Louise Mayer Andrade de Albuquerque
Rodrigo dos Santos Scovino
Rômulo Tosta Gonçalves
Vanessa de Oliveira Gaspar

Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência
Rua da Quitanda nº 106
20.091-005 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2332-5757
Home page: www.rioprevidencia.rj.gov.br

SUMÁRIO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA	4
1.1. INTRODUÇÃO	4
1.2. MERCADO INTERNACIONAL.....	4
<i>EUA</i>	4
<i>Europa</i>	4
<i>Países Emergentes</i>	5
<i>Risco</i>	5
1.3. PETRÓLEO E CÂMBIO	5
<i>Petróleo</i>	5
<i>Câmbio</i>	5
1.4. MERCADO DOMÉSTICO.....	6
<i>Inflação</i>	6
<i>Taxa de juros</i>	7
<i>Mercado Acionário</i>	7
<i>Balanço de Pagamentos</i>	7
2. SEGREGAÇÃO DE MASSA.....	8
3. COMPOSIÇÃO DO ATIVO	9
4. ORÇAMENTO.....	10
5. FLUXO DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12
5.1. FLUXO DE CAIXA	12
5.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13
<i>Investimentos</i>	13
<i>Retorno</i>	14
6. IMÓVEIS	16
<i>Retorno da Carteira</i>	16
<i>Gestão da Carteira</i>	17

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1. INTRODUÇÃO

O ano de 2013, apesar de não registrar fortes diferenças em relação ao ano de 2012, foi marcado pela realização de correções no sentido de incrementar um crescimento maior na atividade global. As economias desenvolvidas estão colocando em prática medidas para começar a retomada mais forte de crescimento, em especial os EUA, que vai dar início a retirada dos estímulos à economia através do Federal Reserve (Fed).

Por outro lado, a expectativa do chamado *tapering*, a redução da injeção mensal de dinheiro feita pelo Fed nos sistema financeiro, movimentou os mercados mundiais, sendo os efeitos mais negativos sentidos nos países emergentes.

A Estratégia global equilibrada está permitindo aos países mais desenvolvidos se livrarem da crise mais rapidamente.

1.2. MERCADO INTERNACIONAL

EUA: Ao longo de 2013, a economia norte-americana apresentou uma recuperação modesta, porém constante, de suas atividades econômicas.

Apesar de moderada, é contínua a melhoria na produção industrial, nas despesas dos consumidores e nos preços do setor imobiliário.

Um grande impasse político foi resolvido em outubro quando o Congresso dos EUA aprovou o aumento do teto da dívida pública do país, evitando um calote com seus credores que traria consequências imprevisíveis ao crescimento do país.

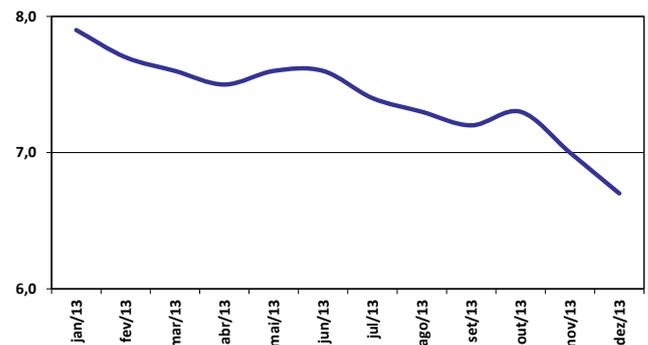
O governo, através do Federal Reserve (Fed), reafirmou a sua política monetária de manter os juros baixos, mesmo com a redução da compra de títulos com o propósito de reduzir taxa de desemprego, que é um dos mandados do Fed.

Em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 1,9% a mais do que 2012 quando expandiu 2,8% e fechou o ano em US\$ 17,1 trilhões.

Contribuíram para tal desempenho os gastos com consumo, exportações e investimentos. Em contrapartida houve contribuições negativas dos gastos do governo.

A economia dos EUA fechou 2013 com uma taxa de desemprego de 6,7% ante 7,8% em 2012. A queda de 1,1% sinaliza que a recuperação do mercado de trabalho percebida no gráfico abaixo é firme, o que leva a crer que o crescimento da economia norte-americana para o ano de 2014 será melhor do que o ano anterior, corroborada pelo *tapering*.

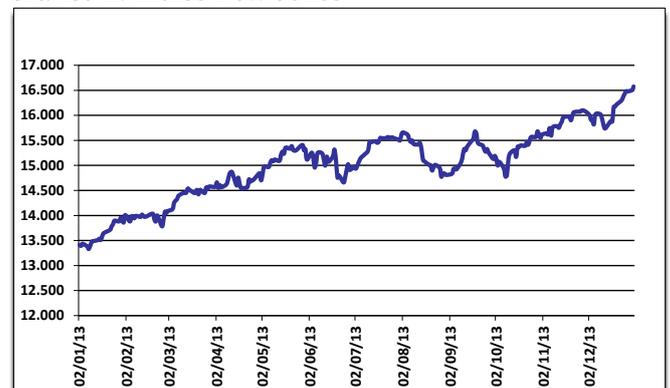
Gráfico 1: Taxa de Desemprego nos EUA (%)



Fonte: GOP

O índice Dow Jones, representativo da Bolsa de Valores de Nova York, apresentou um crescimento no ano de 26,5%, fechando aos 16.576 pontos. A mínima no ano foi de 13.104 e a máxima de 16.576 pontos com uma variação de 12,5% refletindo a confiança dos investidores na recuperação da economia norte-americana.

Gráfico 2: Índice Dow Jones



Fonte: GOP

Europa: A crise dos países da Zona do Euro continuou durante o ano de 2013, mas de maneira mais branda. Houve um afrouxamento das rígidas metas fiscais para que a região pudesse encontrar soluções que estimularam, mesmo de maneira tímida, a criação de empregos e a retomada do crescimento da demanda agregada.

Em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) dos 17 países, que compõem a Zona do Euro, registrou um retrocesso de 0,4% ante uma queda 0,6% em 2012.

Países Emergentes: Os países emergentes liderados pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), desaceleraram suas atividades econômicas. A China registrou em 2013 um aumento no PIB de 7,7% ante 7,8% em 2012.

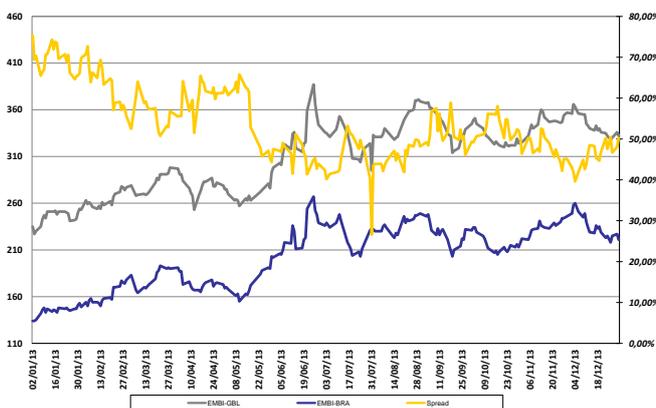
A desaceleração econômica ocorreu, em grande parte, pela queda da produção industrial devido a menor demanda pelas exportações de seus produtos em virtude da elevação da taxa de câmbio.

Risco: O EMBI+, principal indicador de risco para as economias emergentes, calculado pelo JP Morgan, encerrou o ano de 2013 em 332 pontos base ante 255 pontos base de igual período de 2012, desenhando um cenário econômico mundial com os países emergentes se ajustando em novos patamares de crescimento.

O EMBI+ Brasil fechou o ano de 2013 em 221 pontos base, frente aos 148 pontos base de igual período de 2012, com alta de 49,3%.

Tanto o EMBI+ quanto o EMBI+ Brasil, registraram volatilidade ao longo do ano, onde os humores dos investidores foram mais cautelosos, oscilando entre o pessimismo e otimismo, direcionando suas aplicações principalmente para países com fundamentos macroeconômicos bem alinhavados, que tomaram medidas de superação da crise global de forma rápida e equilibrados.

Gráfico 3: EMBI Global x EMBI Brasil



Fonte: GOP

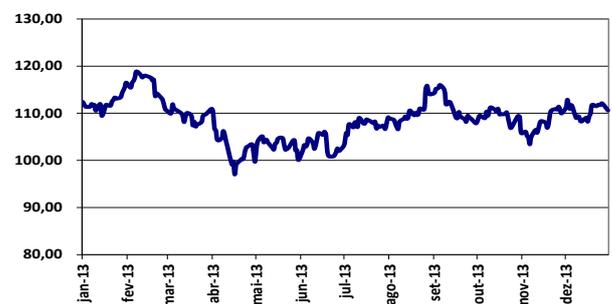
1.3. PETRÓLEO E CÂMBIO

Petróleo: O ano iniciou com o preço do barril de petróleo tipo BRENT sendo negociado a US\$ 112,39 e fechou a US\$ 110,59. A *commodity* apresentou uma variação registrando a mínima de US\$ 97,01 e a

máxima de US\$ 118,87. A variação total foi de 22,5% bem menor do que os 41,5% apurados em 2012.

Os preços globais permaneceram acima dos US\$ 100 em cerca de 99% dos dias de cotação durante 2013, e é produto de tensões geopolíticas que acentua a volatilidade dos preços, refletindo a difícil previsibilidade de alguns componentes da demanda global e do fato do crescimento da oferta depender de projetos de investimentos de longa maturação e elevado risco.

Gráfico 4: Petróleo - Brent (US\$)



Fonte: GOP

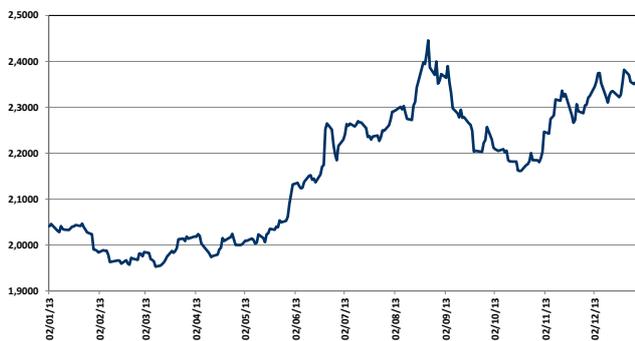
Câmbio: A cotação do dólar Ptax fechou o ano de 2013 em R\$ 2,34, com valorização de 14,7% frente ao encerramento de 2012 (R\$ 2,04), confirmando a sua tendência de alta.

O fluxo cambial (diferença entre a entrada e a saída de dólares do país) encerrou 2013 com um saldo negativo de US\$ 12,26 bilhões. Em 2012, o saldo ficou positivo em US\$ 16,75 bilhões. O fluxo financeiro registrou saldo negativo de US\$ 23,39 bilhões e um fluxo comercial positivo de US\$ 11,13 bilhões.

O déficit cambial, que acumulou alta de 12,2%, refletiu a forte valorização do dólar no país diante da onda de pessimismo dos investidores com o desempenho da economia brasileira e a possibilidade de mudança no programa de estímulos do Federal Reserve, o Banco Central dos EUA. Diante desse cenário, o Bacen iniciou em agosto um forte programa de intervenção, com a adoção de leilões de contratos de swap cambial e venda de dólares com compromisso de recompra com intuito de amenizar essa elevação.

No curto prazo, a valorização do dólar soluciona de forma parcial alguns problemas como a balança comercial, mas a política cambial é volátil e sofre com as constantes variações de mercado.

Gráfico 5: Dólar Ptax



Fonte: GOP

1.4. MERCADO DOMÉSTICO

A crise internacional em 2013 passou a afetar de forma mais contundente a atividade econômica no Brasil.

Como um forte exportador de *commodities*, a redução do crescimento chinês afetou a balança comercial do país, aliada a um aumento das importações de produtos ligados a petróleo.

As medidas tomadas pelo governo não surtiram os efeitos desejados de imediato, pois houve uma deterioração da situação fiscal do país e uma inflação endêmica, apesar do seu combate por parte do governo através da política monetária.

Algumas medidas foram tomadas pelo governo para alavancar o PIB ao longo de 2013, tais como:

- Redução do preço da energia;
- Concessão de aeroportos;
- Concessão do campo de Libra (Pré-sal).

Essas medidas adotadas pelo governo geraram um resultado para 2013 senão satisfatório, melhor do que o ano anterior.

O objetivo do governo foi tentar a retomada da ampliação do mercado interno e o incremento das exportações, principalmente do setor industrial.

O Produto Interno Bruto (PIB) terminou 2013 com crescimento de 2,3% ante 1,0% de 2012. O PIB per capita alcançou R\$ 24.065,00, uma alta de 1,4% em relação a 2012.

Pela ótica da oferta, o que alavancou a economia brasileira foi a agropecuária, com expansão de 7,0%,

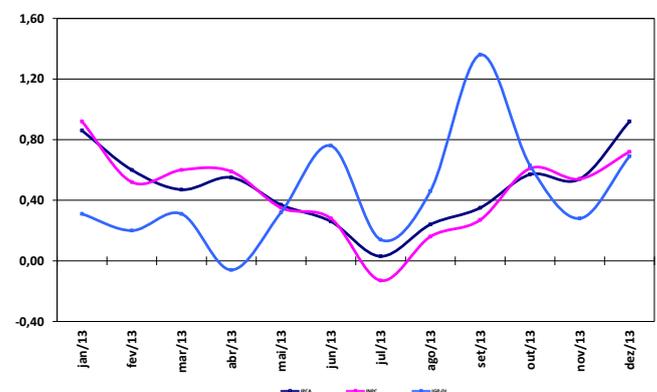
seguida por serviços de 2,0%. O setor industrial fechou o ano com avanço de 1,3%.

Pelo lado da demanda, o principal destaque foram os investimentos que através da formação bruta de capital fixo cresceram 6,3% ante queda no ano passado de 4,0%. A taxa de investimento em relação ao PIB ficou em 18,4, maior que o patamar verificado em 2012, de 18,2%.

Inflação: A inflação de 2013 ficou praticamente estável em relação ao ano anterior, mas permaneceu acima de 5,0%, alimentada pelos mesmos fatores responsáveis pela alta dos preços em anos anteriores: choques de oferta, setor de serviços aquecido e um mercado de trabalho robusto. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou ano de 2013 em 5,9% ligeiramente acima da taxa apurada um ano antes, de 5,8% em 2012. Os grupos de Alimentos e Bebidas e Despesas Pessoais foram os que exerceram maiores impactos na inflação do ano. Sendo que o primeiro grupo registrou 8,4% e foi responsável por 34% da taxa. Com o resultado o governo cumpriu a meta de inflação, estipulada em 4,5% com margem de 2,0 pontos percentuais, para mais ou para menos, fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mas o indicador manteve-se em patamar considerado elevado. Pelo quarto ano consecutivo, o IPCA ficou acima do centro da meta.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que reflete o custo do consumo médio da camada de renda mais baixa da população e também é utilizado como referência da meta atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), registrou variação de 5,5% no ano, menor que os 6,2% de 2012. O INPC abrange famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos, enquanto o IPCA se refere às famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos.

Gráfico 6: Variação Mensal do IPCA, INPC e IGP-DI



Fonte: GOP

Taxa de juros: Sem conseguir colocar a inflação na trajetória para o centro da meta, o Banco Central, em abril, deu início a um ciclo de aperto monetário que tirou a taxa básica da mínima histórica de 7,25% para o patamar de 9,50% em Dez/2013. A variação de 2,25% na Selic em um ano é bastante significativa impactando de forma negativa os investimentos e tornando as instituições mais seletivas na concessão de empréstimos. O objetivo é manter a inflação dentro dos parâmetros estabelecidos pelo sistema de metas.

Mercado Acionário: O Ibovespa encerrou o ano de 2013 com o pior desempenho entre as principais bolsas globais, diante de um cenário cheio de incertezas onde a deterioração da conjuntura fiscal, o baixo crescimento econômico e a pressão inflacionária criaram aversão por parte dos investidores ao mercado doméstico de ações.

No ano, o IBOVESPA encerrou com queda de 15,5% ante alta de 7,4% em 2012 (fechamento de 51.507 versus 60.995 em 2012).

Gráfico 7: Variação mensal do Ibovespa



Fonte: GOP

Balanço de Pagamentos: O balanço de pagamentos registrou um déficit de US\$ 5,9 bilhões em 2013 ante um superávit de US\$ 18,9 bilhões em 2012, uma forte queda de 131,22%. A conta corrente no ano foi negativa em US\$ 81,4 bilhões, equivalentes a 3,66% do PIB, comparativamente ao déficit de US\$ 54,2 bilhões, equivalente a 2,41% do PIB em 2012.

A conta financeira foi superavitária em US\$ 74,6 bilhões com destaque para os investimentos estrangeiros diretos (IED) que acumularam US\$ 65,3 bilhões, mas com queda de 1,4% ante o ano anterior.

Os investimentos estrangeiros em ações totalizaram ingressos líquidos de US\$ 11,6 bilhões, e em títulos de renda fixa um montante positivo de US\$ 25,4 bilhões. Os ingressos líquidos em notes e *commercial papers*,

todos de emissão privada, acumularam saídas de US\$ 2,9 bilhões no ano.

Em 2013, a conta serviços registrou saídas líquidas de US\$ 47,5 bilhões, elevação de 15,8% na comparação com 2012.

As reservas internacionais somaram US\$ 375,8 bilhões no ano, no conceito de liquidez, registrando na comparação anual, um recuo de US\$ 2,8 bilhões, segundo dados do Banco Central.

A dívida externa bruta estimada em 2013 somou US\$ 312,0 bilhões. A dívida externa estimada de longo prazo atingiu US\$ 279,2 bilhões, enquanto o estoque de curto prazo totalizou US\$ 32,9 bilhões.

2. SEGREGAÇÃO DE MASSA

De acordo com a Lei nº 6.338, de 06/11/2012, que dispõe sobre o Plano de Custeio do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio de Janeiro, o sistema previdenciário fluminense passou a ser financiado mediante a segregação em um Plano Financeiro e um Plano Previdenciário.

A Segregação de Massa foi iniciada no dia 04/09/2013, com a divisão dos servidores nestes dois planos, com a gestão de ambos ficando a cargo do Rioprevidência.

Cada servidor - com exceção dos militares - que ingressar após 04/09/2013 irá contribuir para o Fundo Previdenciário sobre o valor do teto do INSS e, acima desse valor, facultativamente, para o RJPREV, órgão responsável pela Previdência Complementar do Estado.

O Plano Financeiro é formado pelos servidores civis efetivos (ativos e inativos) dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que ingressaram no serviço público até a data do início da segregação, bem como os respectivos pensionistas. Os servidores militares farão parte do Plano Financeiro independente da data de ingresso no serviço público.

O Plano Previdenciário é destinado aos servidores civis efetivos (ativos e inativos) dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que ingressarem no serviço público após o dia 04/09/2013.

De acordo com o que está disposto no art. 11 da Lei nº 6.338 “a segregação dos Planos Financeiro e Previdenciário deverá ser acompanhada pela separação orçamentária, financeira, contábil e dos investimentos dos recursos e obrigações correspondentes”.

Essa separação dos investimentos se reflete na meta atuarial que cada plano terá de alcançar. Enquanto o plano financeiro permanece com a meta de INPC+6% a.a., o plano previdenciário terá como meta o INPC+5% a.a.

Apesar de a segregação ter ocorrido no início do mês de setembro, não ocorreu nenhum repasse de contribuições para o novo fundo ao longo do ano de 2013. O valor a receber referente ao exercício de 2013

gira em torno de R\$ 6,5 milhões de reais e será repassado ao longo do ano de 2014.

3. COMPOSIÇÃO DO ATIVO

O Rioprevidência encerrou dezembro de 2013 com Ativo Total de R\$ 84,60 bilhões, 13,65% menor que o registrado em dezembro de 2012.

Tabela 1: Composição do Ativo

R\$ 1 milhão

ATIVOS	Dez.2012	Dez. 2013	Δ%
CFT PERMUTADO	3.065,95	1.624,59	-47,01%
ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS	91.272,53	79.339,28	-13,07%
CAIXA E DISPONIBILIDADES	295,91	488,54	65,10%
DIV ATIVA	100,96	21,69	-78,52%
IMÓVEIS	236,86	268,90	13,53%
ICMS PARCELADO	594,41	967,21	62,72%
FUNDES	1.065,23	1.108,75	4,09%
FREMF	213,60	103,39	-51,59%
VALORES A RECEBER DO ERJ + BERJ	846,72	345,35	-59,21%
OUTROS	273,62	329,88	20,56%
ATIVO TOTAL	97.965,78	84.597,60	-13,65%

Fonte: GCO

As variações no Ativo são explicadas pelo comportamento de suas contas, conforme especificado a seguir:

- **CFT Permutado** - Este ativo é um direito do Fundo contra o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) e refere-se à recomposição do fluxo original dos CFT's permutados com o Governo Federal em 2007 e 2011. É atualizado mensalmente com base na variação do IGP-DI do mês anterior, acrescidos de juros remuneratórios de 6% a.a. Este ativo é compensado com a receita de R&PE.

- **Royalties e Participações Especiais (R&PE)** - A redução de 13,07% em relação ao ano anterior deve-se à nova precificação do fluxo de Royalties e Participações Especiais pela SEFAZ, a partir de dados fornecidos pela ANP; às operações de cessão definitiva de parte dos créditos de Royalties e Participação Especial realizadas em 2013; à dedução do percentual de pagamento do serviço da dívida do Estado para com a União Federal sobre o valor que os Royalties e Participação Especial agregam ao cálculo da Receita Líquida Real, conforme Decreto nº 43.911/2012; e à aplicação do Decreto nº 43.783/2012.

- **Dívida Ativa** - Este ativo corresponde ao saldo líquido do direito chamado "dívida ativa do ERJ" incorporado ao patrimônio do Rioprevidência. A partir de 2013, são considerados apenas os créditos inscritos até 1997, em função do Decreto nº 44.006 que anulou o Decreto nº 37.050/2005.

- **ICMS Parcelado** - O ICMS parcelado é um ativo incorporado pelo ERJ ao patrimônio do Rioprevidência e trata-se de créditos tributários parcelados, de titularidade do ERJ, existentes até a data de

publicação do Decreto nº 36.994, de 25 de fevereiro de 2005. É um direito a receber do ERJ, atualizado anualmente, conforme informações repassadas, por ofício, pela SEFAZ sobre os pagamentos efetuados.

- **FUNDES** - Para a contabilização do ativo, é considerado o valor presente de todo o fluxo futuro desse crédito. Em dezembro o valor do ativo foi de R\$ 1,07 bilhão, 4,09% maior que o registrado em 2012. Tal diferença se deve ao aumento da liberação de créditos para as empresas que compõe a carteira do FUNDES, que é administrado pela Investe Rio.

- **FREMF** - Em 20 de dezembro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro - ERJ incorporou o fluxo financeiro do FREMF, através do Decreto nº 42.755, ao patrimônio do Rioprevidência. Este decreto foi alterado pelo Decreto nº 43.358, de 16 de dezembro de 2011, que limitou a transferência do fluxo até o valor de R\$ 400 milhões, em troca do fluxo financeiro de royalties e participações especiais em igual valor. Desta maneira, o saldo deste ativo será deduzido mensalmente até chegar à zero, que está previsto para o exercício de 2014.

- **Valores a Receber do ERJ e do BERJ** - Esses ativos têm origem em direitos contra o ERJ oriundos das obrigações do BERJ junto ao Rioprevidência, assumidas pelo ERJ.

- **Outros** - Nesta conta estão incluídas as seguintes rubricas: Contribuições previdenciárias a receber, Almoxarifado, Responsáveis por danos e perdas, Bens móveis, Bens intangíveis, Aluguéis a receber e Outros.

4. ORÇAMENTO

O orçamento inicial do Rioprevidência para 2013 foi de R\$ 11,03 bilhões de Fonte 10 - Arrecadação Própria. Em novembro foi aberto crédito suplementar com recursos provenientes do provável excesso de arrecadação previsto para o exercício, no valor de R\$1,16 bilhão elevando o orçamento da Autarquia para R\$ 12,19 bilhões - um acréscimo de 10,53% sobre o montante fixado inicialmente.

Desse montante, foram empenhados/liquidados R\$11,99 bilhões para cobrir as despesas da competência do ano e despesas de exercícios anteriores, 14,96% a mais que 2012 quando a despesa empenhada/liquidada totalizou R\$ 10,43 bilhões.

O total empenhado superou em 8,73% o valor fixado inicialmente para as despesas da Autarquia.

Tabela 2: Despesas

Despesa	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Part. %	Δ % Emp/Dot. Inicial	R\$ Milhão	
						Despesa Liquidada	Despesa Paga
Inativos	8.303,82	9.086,43	9.006,40	75,08	8,46	9.006,40	9.006,27
Pensionistas	2.500,00	2.791,00	2.737,29	22,82	9,49	2.737,29	2.737,29
Pessoal Próprio	36,89	37,89	28,92	0,24	-21,61	28,73	27,43
Manutenção do Órgão	69,57	87,07	32,97	0,27	-52,62	31,01	29,87
Sentenças Judiciais	80,00	143,00	63,57	0,53	-20,53	63,57	63,53
Recomposição Conta B	0,10	0,10	-	-	-100,00	0,00	0,00
DEA	-	-	47,52	0,40	-	47,52	47,28
Obras e Instalações	11,00	4,00	0,03	0,00	-99,73	0,05	0,04
Outras Despesas	30,72	44,22	78,47	0,65	155,43	78,40	78,39
Total	11.032,10	12.193,72	11.995,16	100,00	8,73	11.992,97	11.990,10

Fonte: SIG 19/02/14

A maior parte da despesa empenhada (97,90% do total) decorre das obrigações com inativos e pensionistas, ou seja, com os benefícios previdenciários. Essas rubricas tiveram aumento de 15,26% e 12,42%, respectivamente, em comparação ao ano de 2012, quando os gastos foram de R\$ 7,81 bilhões com inativos e R\$ 2,43 bilhões com pensionistas. Esse crescimento foi decorrente dos reajustes salariais estendidos aos aposentados e pensionistas de diversas categorias, planos de cargos e salários, bem como das revisões de pensão realizadas.

Cabe ressaltar que nem toda despesa empenhada e liquidada (que seguem o regime de competência) é paga no mesmo exercício. Algumas se transformam em restos a pagar para o ano seguinte. Em 2013 foram inscritos em restos a pagar um total de R\$ 8,54 milhões, sendo R\$ 6,35 milhões processados e R\$ 2,19 milhões não processados.

Quanto às receitas, no ano de 2013 o Rioprevidência arrecadou R\$ 12,07 bilhões, representando um acréscimo de 27,53% em relação a 2012 quando a receita arrecadada foi de R\$ 9,47 bilhões.

A tabela a seguir apresenta o comportamento da receita arrecadada, distribuída entre os principais itens:

Tabela 3: Arrecadação

RECEITA	Estimativa Inicial	Arrecadada 2013		
		Arrec.	Part. %	Δ %
Royalties	1.987,41	1.853,20	15,35	-6,75
Participação Especial	3.529,54	3.001,53	24,86	-14,96
Contribuição Patronal	2.262,45	2.103,47	17,42	-7,03
Contribuição Servidores	1.308,20	1.352,87	11,20	3,41
COMPREV	79,09	72,24	0,60	-8,66
FUNDES/FREMF	229,01	235,86	1,95	2,99
Rend. Aplic. Financeiras	84,62	57,42	0,48	-32,14
Rec. De Títulos Mobiliários	1.500,00	3.300,00	27,33	120,00
Outras Receitas	51,79	98,04	0,81	89,33
TOTAL	11.032,10	12.074,63	100,00	9,45

Fonte: SIG 19/02/14

O valor total arrecadado em 2013 foi 9,45% superior à estimativa inicial.

Essa variação se deveu principalmente ao ingresso de R\$ 3,3 bilhões provenientes de operações de cessão de créditos de Royalties e Participação Especial realizadas com a CEF e com o Banco do Brasil, representando um acréscimo de 120% sobre a previsão inicial.

O item "Outras Receitas" superou em 89,33% a previsão inicial. Estão incluídas nesse item a alienação de imóveis que totalizou R\$ 10,74 milhões e a restituição ao Rioprevidência de R\$ 71,73 milhões pagos a maior na recomposição da Conta B.

O fluxo financeiro do FUNDES/FREMF e a Contribuição de Servidores também superaram a previsão inicial em 2,99% e 3,41% respectivamente.

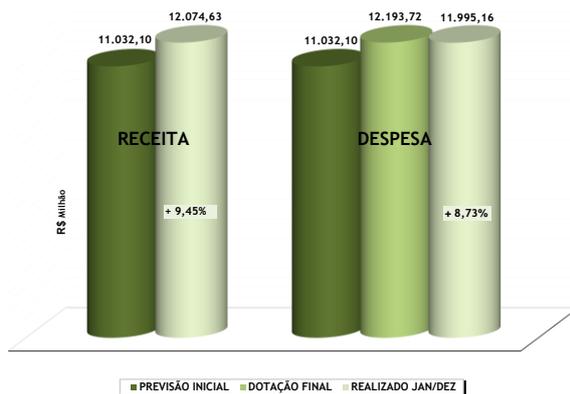
As demais receitas apresentaram arrecadação menor que a estimativa inicial.

Apesar da significativa arrecadação de Royalties e Participação Especial, que juntas somaram R\$ 4,85 bilhões (regime de competência), correspondendo a mais de 40% do total dos recursos auferidos em 2013, essas receitas frustraram as expectativas. Comparativamente a 2012, quando totalizaram R\$ 5,15 bilhões (regime de competência), houve uma redução de 5,76% no período. Essa diminuição reflete a aplicação do Decreto nº 43.911, de 29 de outubro de 2012 que determinou o repasse à SEFAZ de 13% (percentual de pagamento do serviço da dívida do Estado para com a União Federal) sobre o valor bruto que os Royalties e a Participação Especial agregam ao cálculo da Receita Líquida Real (RLR).

Em relação ao rendimento das aplicações financeiras, a arrecadação foi menor do que a previsão em função da diminuição dos saldos diários das disponibilidades financeiras.

O comparativo entre o orçamento inicial e a sua execução pode ser observado no gráfico a seguir:

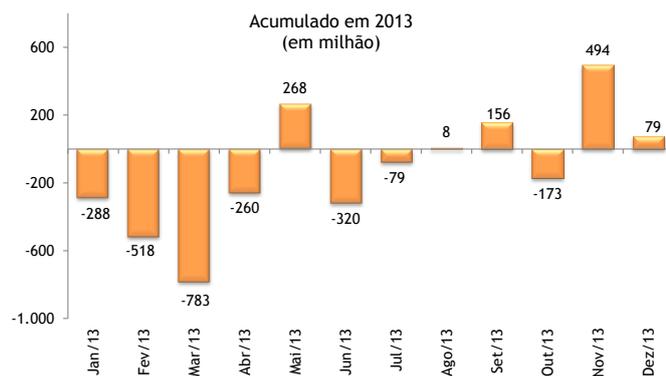
Gráfico 8: Comparativo de receitas e despesas



Fonte: SIG 19/02/14

O próximo gráfico demonstra a evolução do saldo orçamentário (receita arrecadada menos despesa empenhada) acumulado durante o exercício:

Gráfico 9: Evolução do saldo orçamentário



Fonte: SIG 19/02/14

O exercício encerrou com um superávit orçamentário de R\$ 79 milhões.

5. FLUXO DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. FLUXO DE CAIXA

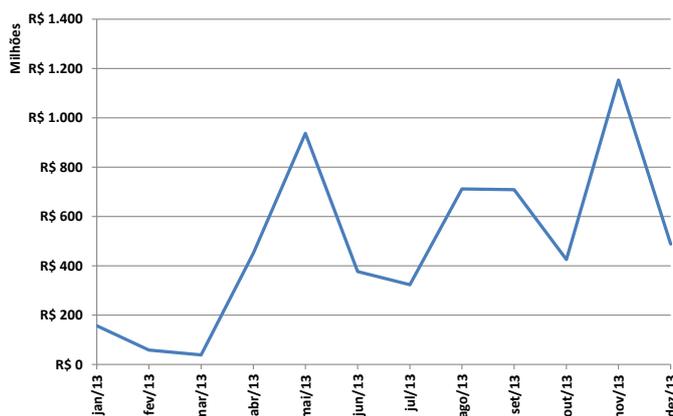
O Fundo iniciou 2013 com R\$ 295,79 milhões em caixa, e encerrou com R\$ 488,33 milhões.

Os ingressos financeiros totalizaram R\$ 12,06 bilhões, apresentando um acréscimo de 27% em relação ao ano anterior, quando somaram R\$ 9,50 bilhões.

Os dispêndios em 2013 foram de R\$ 11,87 bilhões, valor 14,8% maior do que o observado em 2012.

No gráfico abaixo é possível verificar o comportamento dos saldos de caixa mensais do Rioprevidência.

Gráfico 10: Saldo das Disponibilidades Financeiras



Fonte: Fluxo Financeiro - ATE/GOP

A principal receita financeira do Rioprevidência é proveniente de royalties e participações especiais sobre a exploração do petróleo e gás natural (R&PE) que tem seu fluxo de recursos atrelado a três variáveis: preço do barril de petróleo, taxa de câmbio (R\$/US\$) e produção da commodity nos campos localizados no Estado e em Plataforma Continental.

Em 2013, o Rioprevidência recebeu R\$ 4,84 bilhões de R&PE, queda de 6,5% em relação a 2012, quando o Fundo arrecadou R\$ 5,17 bilhões (regime de caixa).

Contribuiu para essa queda o repasse para a SEFAZ no valor de R\$ 1,01 bilhão, equivalente aos 13% (percentual de pagamento do serviço da dívida) sobre o valor que a receita de royalties e participações especiais agrega à Receita Líquida Real (RLR), conforme determinado pelo Decreto nº 43.911, de 29 de outubro de 2012.

Tabela 4: Demonstrativo de Entradas de Recursos

R\$ 1 milhão					
INGRESSOS DE RECURSOS	2012	%	2013	%	Δ %
PEA	3.371,92	35,5%	3.002,32	24,9%	-11,0%
Royalties	1.801,31	19,0%	1.832,36	15,2%	1,7%
Contribuição Servidor	1.237,80	13,0%	1.322,38	11,0%	6,8%
Contribuição Patronal	1.970,69	20,8%	2.102,59	17,4%	6,7%
Resgate CFTs	701,33	7,4%	-	0,0%	-100,0%
Imóveis	19,63	0,2%	22,20	0,2%	13,1%
Rendimentos de Aplicações	84,18	0,9%	57,38	0,5%	-31,8%
Comprev	66,15	0,7%	72,24	0,6%	9,2%
Outras Receitas	242,66	2,6%	3.647,54	30,2%	1403,2%
TOTAL (R\$)	9.495,67	100,0%	12.059,01	100,0%	27,0%

Fonte: Fluxo Financeiro ATE/GOP e dados GCR (IMÓVEIS)

Destaca-se em 2013 o montante classificado em Outras Receitas, referente às operações de cessão definitiva de parte dos créditos de royalties e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. Houve o ingresso de R\$ 2,30 bilhões, em virtude da operação efetuada com a Caixa Econômica Federal e de R\$ 1 bilhão decorrente da operação realizada com o Banco do Brasil.

O rendimento das aplicações financeiras totalizou R\$ 57,38 milhões, redução de 31,8% em relação a 2012. O principal motivo desse decréscimo foi a redução do saldo médio das disponibilidades, comparado ao ano anterior.

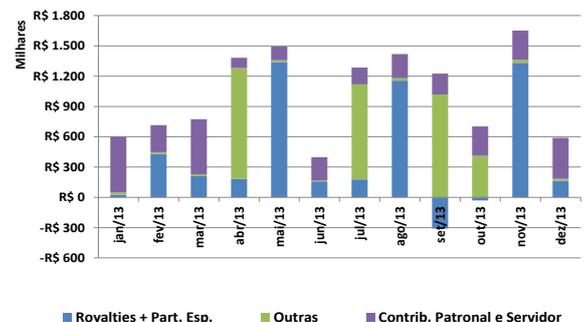
O fluxo de CFT foi encerrado em novembro/2012.

As demais entradas tiveram bom desempenho, comparadas a 2012. A segunda maior fonte de recursos do Fundo, as contribuições de servidores e patronal, atingiu R\$ 3,42 bilhões, representando 28,4% das entradas e um crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior.

A receita financeira com Imóveis subiu 13,1% em relação a 2012. Essa receita abrange os créditos de cobrança de aluguel e das alienações de imóveis, que em 2013 foi de aproximadamente R\$ 22,2 milhões.

No gráfico abaixo ilustramos a participação mensal das principais entradas de recursos do Rioprevidência.

Gráfico 11: Principais entradas de recursos



Fonte: GOP

As despesas financeiras cresceram 14,8% em relação ao ano anterior, conforme tabela a seguir:

Tabela 5: Demonstrativo de Desembolsos

DISPÊNDIOS	2012	%	2013	%	Δ %
TOTAL INATIVOS	7.746,41	74,9%	8.911,87	75,1%	15,0%
FOLHA DE INATIVOS EXECUTIVO	6.012,38	58,2%	7.004,22	59,0%	16,5%
FOLHA DE INATIVOS OUTROS PODERES	1.734,03	16,8%	1.907,65	16,1%	10,0%
PENSIONISTAS	2.432,42	23,5%	2.735,84	23,1%	12,5%
FOLHA DE PESSOAL	25,08	0,2%	26,11	0,2%	4,1%
OUTROS	133,50	1,3%	192,64	1,6%	44,3%
Processos Ação Ordinária e Outros	107,54	1,0%	137,41	1,2%	27,8%
Custeio Administrativo	24,50	0,2%	54,87	0,5%	124,0%
Despesas de Capital	1,46	0,0%	0,36	0,0%	-75,2%
TOTAL	10.337,41	100,0%	11.866,47	100,0%	14,8%

Fonte: Fluxo Financeiro - ATE/GOP

Os principais compromissos financeiros do Fundo são os pagamentos de benefícios previdenciários. As folhas brutas totais de inativos e pensionistas somaram R\$ 11,65 bilhões, 98,2% do total dos desembolsos no ano. O aumento em relação ao exercício anterior foi de 14,4%.

Os desembolsos para o custeio administrativo, incluindo despesas de capital representam 0,5% dos dispêndios da Autarquia e totalizaram R\$ 55,23 milhões.

5.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A estratégia de alocação de recursos é estabelecida anualmente no Plano Anual de Investimentos (PAI), documento elaborado pela Diretoria de Investimentos do Fundo, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração e publicado no site do Rioprevidência, sempre antes do início do exercício a que se refere. Esse Plano segue a legislação em vigor e estabelece diretrizes, objetivos e limites para os investimentos.

Mensalmente, o Comitê de Investimentos se reúne para definir a estratégia de alocação de recursos para o mês seguinte (curto prazo), realizando os ajustes necessários frente às alterações da conjuntura econômica e das expectativas em relação ao futuro. As decisões de investimento da Diretoria de Investimentos estão restritas às determinações do PAI e do Comitê de Investimentos.

Conforme definido no PAI, as aplicações financeiras do Rioprevidência em 2013 se concentraram em ativos com baixa volatilidade, tendo em vista que o saldo de disponibilidades somente é capaz de fazer frente a dois meses de desembolsos e possui grande variação ao longo do ano (iniciou 2013 em R\$ 296,1 milhões,

chegou a R\$ 1,83 bilhão em novembro, e terminou o ano em R\$ 488,33 milhões). Ou seja, o Fundo deve ter o mínimo possível de exposição ao risco de mercado.

Portanto, o Rioprevidência alocou seus recursos, principalmente, em cotas de fundos de investimento referenciados DI ou de renda fixa considerados de baixo risco de crédito, com lastro predominantemente em títulos públicos federais.

Investimentos: No encerramento do ano, as aplicações financeiras da Autarquia totalizavam R\$ 485,51 milhões, investidos em fundos de investimento do tipo referenciados DI.

Os fundos de investimento que o Rioprevidência alocou recursos são do tipo referenciado DI, isto é, com rentabilidade atrelada à taxa de juros pós-fixada de um dia, e do tipo Renda Fixa, com o DI como parâmetro de rendimento.

Tabela 6: Alocação de Recursos

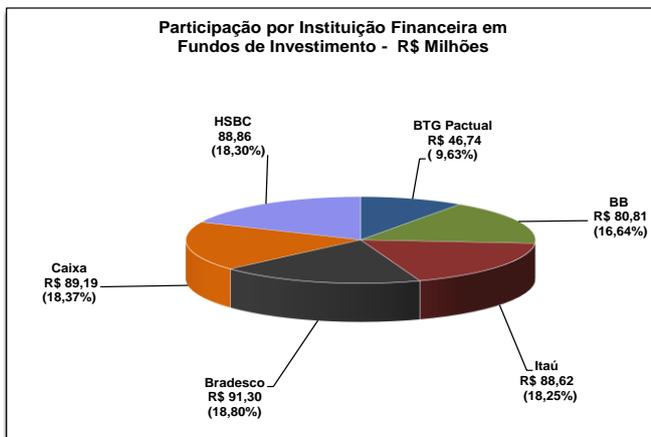
R\$ Milhões	dezembro-13					
	Instituição	Saldo em 31/12/2013	Rent. Mês	Rent. ano	Rent. 12M	Tx Adm
			%	%	%	% a.a.
Bradesco - Federal Extra	15,90	0,77	8,05	8,05	0,15	
Bradesco - Premium DI	75,40	0,79	8,24	8,24	0,20	
Caixa - FI Brasil DI	89,19	0,79	8,11	8,11	0,20	
Itaú - Soberano	30,77	0,77	8,03	8,03	0,15	
Itaú - Institucional	57,85	0,79	8,18	8,18	0,18	
HSBC DI LP	88,86	0,80	8,35	8,35	0,15	
BB Institucional	80,81	0,79	8,09	8,09	0,20	
BTG Master Cash DI	46,74	0,77	7,96	7,96	0,20	
Caixa-Brasil IRF-M1	0,00	0,80	7,26	7,26	0,20	
Total	485,51					

Além dos fundos citados acima, ao longo de 2013, o Rioprevidência também alocou recursos nos seguintes fundos:

- BB Previdenciário Perfil;
- BB Previdenciário RF IRF-M1 TP FIC;
- Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa IRF-M1;
- FI Caixa Aliança Títulos Públicos Renda Fixa;
- FI Caixa Brasil Títulos Públicos RF LP;
- Santander FIC FI Corporate Referenciado DI.

Com relação ao volume de recursos alocado a cada instituição financeira credenciada, dois pontos foram observados: (i) a rentabilidade e a volatilidade que cada fundo apresentava; (ii) a capacidade de absorção dos recursos pelos fundos da Instituição Financeira, dado que o RPPS só pode ter até 25% do total das cotas de um único fundo de investimentos.

Gráfico 12: Fundos de Investimento - Participação Percentual por Instituição Financeira em dez/13



Fonte: GOP

Tabela 7: Posição Consolidada da Carteira por tipo de risco

Rioprevidência - Dezembro de 2013		
Posição consolidada da carteira por tipo de risco	(R\$)	(% do total)
1- Títulos Públicos Federais	333.699.342	44,3%
1.1 - Prefixados (LTN, NTN-F)	2.739.910	0,4%
1.2 - Pós-fixados (LFT - Selic, LTN com DI-1 Selic, Op.Comp.)	330.959.432	43,9%
1.3 - IPCA (NTN-B)	0	0,0%
1.4 - IGP-DI (CFT - Carteira Própria)	0	0,0%
2- Títulos Privados de Baixo Risco de Crédito (I)	142.383.682	18,9%
2.1 - CDB	19.754.856	2,6%
2.2 - Let. Financeira	111.200.022	14,8%
2.3 - Debêntures	7.677.400	1,0%
2.4 - DPGE	3.654.129	0,5%
2.5 - Outros Títulos	97.276	0,0%
3 - Cotas de Fundos (II)	9.423.243	1,3%
4- Tesouraria (III)	735	0,0%
5- Imóveis (IV)	268.319.528	35,6%
Total da Carteira	753.826.531	100,0%

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Bradesco, HSBC, Caixa, Santander, Itaú, B.Brasil, BTG Pactual.

(I) Valor em Cotas do Fundo Caixa FI Brasil DI, HSBC DI LP, Bradesco Premium DI, Itaú Institucional DI e BB Institucional RF que está alocado em títulos privados de baixo risco de crédito.

(II) Valor em Cotas dos Fundos: HSBC DI LP e Bradesco Premium DI e BB Institucional Investido em outros fundos de investimento.

(III) Recursos mantidos em Tesouraria nos fundos investidos.

(IV) Refere-se ao valor apurado em 30/11/2013.

Os investimentos do Rioprevidência no ano respeitaram todos os limites definidos no Plano Anual de Investimentos para o período.

Tabela 8: Posição Consolidada por Segmento

Rioprevidência - Dezembro de 2013					
Posição da Carteira em 31/12/2013, por Limites do PAI e Resolução nº 3.922/10					
Segmento	Tipo de Ativo	Valores (R\$)	% (V)	Limites PAI (% total)	Limite da Res. nº 3.922/10
Renda Fixa	TPF	0	0,00%	100,0%	Até 100,0%
Renda Fixa (I)	FIFIC RF ou Referenciado	0	0,00%	80,0%	Até 80,0%
Renda Fixa (II)	FIFIC RF ou Referenciado	485.507.002	0,52%	4,0%	Até 30,0%
Renda Fixa	FIFIC RF ou Ref. (Crédito Privado)	0	0,00%	1,5%	Até 5,0%
Renda Fixa	Op. Compromissada com TPF	0	0,00%	2,8%	Até 15,0%
Total Renda Fixa		485.507.002	0,52%		
Total do Ativo (III) (Res. 3.922/10)		93.416.840.425			
Imóveis (IV)	Terrenos e Edificações	268.319.528			

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Bradesco, HSBC, Caixa, Santander, Itaú, B.Brasil, BTG Pactual.

Glossário:

TPF - Título Público Federal

FIFIC - Fundos de Investimento

PAI - Plano Anual de Investimentos (Limites definidos no PAI)

(I) Subíndices do IMA ou do IKA, e exceto subíndice atrelado a taxa de juros de 1 dia.

(II) Qualquer indicador de desempenho de Renda Fixa. Inclui valor em cotas dos Fundos: Caixa FI Brasil, HSBC DI LP, Itaú Institucional DI, Bradesco Premium DI e BB Institucional RF que permite a alocação em títulos privados de baixo risco de crédito.

(III) Valor total do Ativo em 30/11/2013.

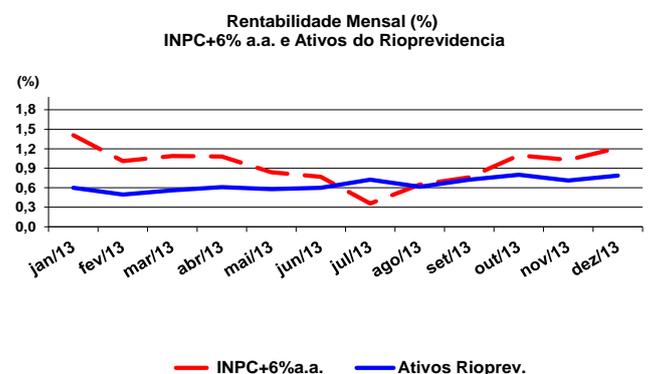
(IV) Refere-se ao valor apurado em 30/11/2013.

(V) Refere-se ao valor do ativo total apurado em 30/11/2013.

Retorno: Sempre que possível, o retorno dos investimentos do Rioprevidência deve ser igual ou superior à meta atuarial dos RPPS, que, de acordo com as diretrizes da SPS/MPAS, é INPC + 6% a.a.

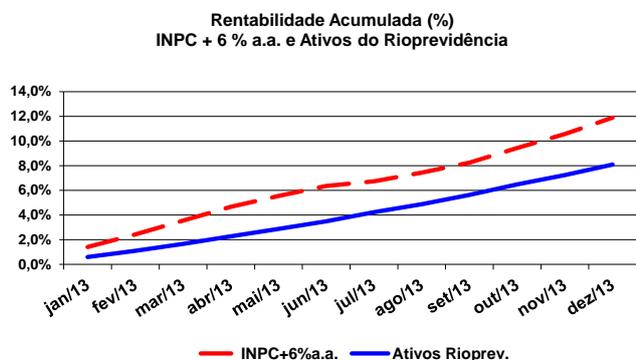
Porém, a estratégia dos gestores desta Autarquia para buscar a meta atuarial foi influenciada por dois fatores: (i) movimento de elevação da Selic iniciado em abril/13, que encerrou o ano em 9,50% a.a., (ii) baixo volume de disponibilidades em comparação com a despesa mensal, sendo prudente investir os recursos em aplicações com baixa volatilidade, normalmente com rentabilidade atrelada à taxa de juros de um dia (SELIC).

Gráfico 13: Rentabilidade Mensal da Carteira x Meta Atuarial (%)



Fonte: GOP

Gráfico 14: Rentabilidade Acumulada da Carteira x Meta Atuarial - 12 meses (%)



Fonte: GOP

No acumulado do ano, a meta atuarial ficou em 11,90%, enquanto que os ativos do Rioprevidência tiveram rentabilidade de 8,09%. Esse resultado refletiu o desempenho do INPC acima da taxa Selic e a posição conservadora do Rioprevidência, que priorizou a alocação de recursos em fundos com baixa volatilidade.

6. IMÓVEIS

Composição da Carteira: A carteira imobiliária do Rioprevidência iniciou o período de 2013 com 310 registros imobiliários. Estes imóveis foram incorporados ao patrimônio do fundo com a finalidade, conforme a Lei Estadual 3.198/99, de capitalizar o Fundo, visando garantir o pagamento de benefícios previdenciários atuais e futuros.

Visando à obtenção de renda e liquidez, o Rioprevidência iniciou no ano de 2010 o processo de venda de ativos Imobiliários. Prosseguindo com essa estratégia, nos anos de 2013 foram realizadas diversas licitações de venda de imóveis. Somente neste período foram assinadas 10 escrituras de compra e venda continuando assim o processo de redução do número de imóveis na carteira imobiliária do Fundo, que passou a ser composta por 300 imóveis, conforme tabela abaixo:

Tabela 09: Carteira Imobiliária

Carteira Imobiliária		
	Quantidade	%
Terreno	156	52 %
Imóvel Comercial	94	31 %
Imóvel Residencial	50	17 %
Total	300	100 %

Fonte: GCR

As vendas realizadas no período resultaram em ingressos financeiros de aproximadamente R\$ 13,8 milhões no Fundo, aumentando significativamente este tipo de receita em comparação com os anos anteriores a 2010.

Muito embora tenham ocorrido essas vendas no período, o valor patrimonial da Carteira Imobiliária teve uma valoração de aproximadamente R\$ 32 milhões durante o exercício, justificado pelas reavaliações realizadas no período, encerrando o ano em R\$ 268 milhões.

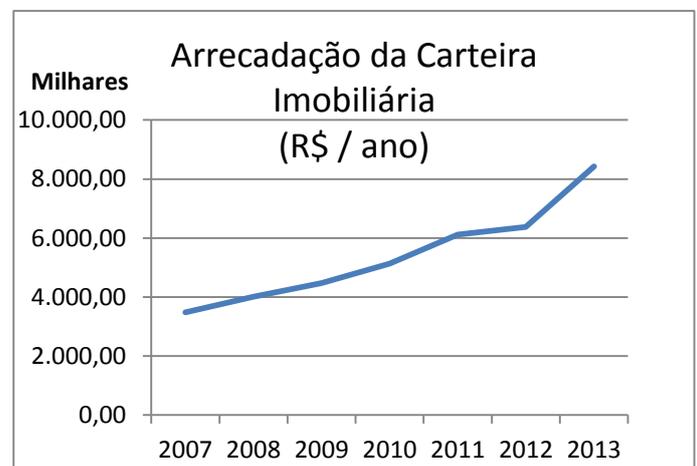
Tabela 10: Valor da carteira imobiliária sob a gestão do Fundo

Carteira Imobiliária			
Ano/Período	Quantidade	Valor Patrimonial (R\$ - Milhões)	Variação
2003-2006	460	185	-
2007	949	320	72%
2008	948	460	43%
2009	930	422	-9%
2010	368	333	-21%
2011	306	205	-38%
2012	296	236	-13%
2013	300	268	13%

Fonte: GCR

Retorno da Carteira: A arrecadação da carteira imobiliária vem apresentando tendência de alta nos últimos exercícios. A receita proveniente deste ativo passou de R\$ 6,7 milhões em 2012, para aproximadamente 8,4 milhões em 2013.

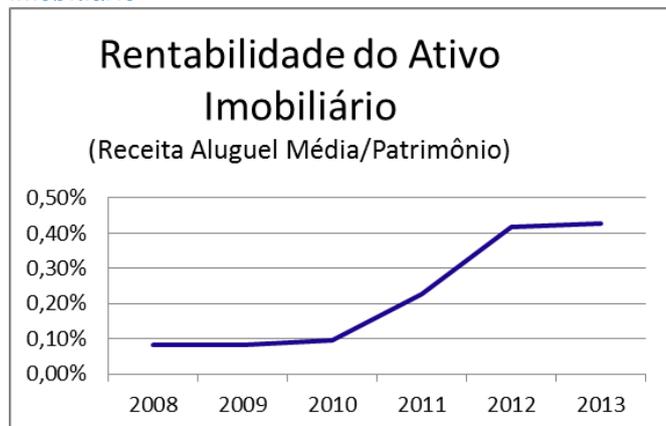
Gráfico 16: Arrecadação da Carteira Imobiliária



Fonte: GCR

O aumento da arrecadação é resultado de uma série de ações de gestão. Em 2013, por exemplo, foram realizadas reavaliações de taxas de ocupação e licitações para ocupação de imóveis. Ressalta-se ainda que os pagamentos de débitos de Taxas de Ocupação de exercícios anteriores ao Fundo, também influenciaram no aumento da arrecadação neste período.

Gráfico 17: Índice de Rentabilidade do Ativo Imobiliário



Fonte: GCR

Com as devoluções dos imóveis com baixo potencial de geração de renda no final de 2010 e as vendas dos imóveis com alto valor patrimonial no ano de 2012 e 2013, alinhado com os aumentos da arrecadação apurados no último ano, pode-se atingir um índice de rentabilidade do ativo imobiliário de 0,37%, valor atualmente praticado pelo mercado.

Gestão da Carteira: A expectativa da Copa do Mundo no Brasil e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro manteve aquecido o mercado imobiliário no ano de 2013, o que foi determinante para os resultados positivos das vendas de imóveis, efetuadas pelo Rioprevidência durante o exercício.

Como resultado dos esforços da administração no sentido de aperfeiçoar a carteira, no ano de 2013 foram cumpridos 07 mandados de reintegração de posse, viabilizando que imóveis ocupados irregularmente passem a gerar renda através da venda ou ocupação.

Por fim, diversas outras atividades de gestão foram executadas no exercício de 2013, enfatizando-se os processos encaminhados para inscrição em Dívida Ativa de ocupantes inadimplentes, justificada principalmente pelas inúmeras vistorias realizadas nos imóveis com a finalidade de preservação do patrimônio do Fundo.

Ainda podemos ressaltar a publicação da Lei nº 6210, de 19 de Abril de 2012, que possibilitou a venda de imóveis compreendidos na região do SAARA diretamente aos seus ocupantes, fato que possibilitou uma maior agilidade na alienação dos ativos imobiliários.